Poder Judiciário
Justiça Federal

TABELA II

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _____ª REGIÃO.
Seção Judiciária de _____.
TOTAL DE PERÍCIAS REALIZADAS
NA SUBSEÇÃO DE _____.
Período: ____/____/____ a ____/____/_____.

VARA	QUANTIDADE DE PROCESSOS	QUANTIDADE DE PERÍCIAS	VALOR TOTAL DE PERÍCIAS POR VARA
TOTAL DA SUBSEÇÃO			

FONTE:
Obs.: Transferir o total da Subseção para a tabela "Total da Seção Judiciária".

Poder Judiciário
Justiça Federal

TABELA III

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _____ª REGIÃO.
Seção Judiciária de _____.
TOTAL DE PERÍCIAS REALIZADAS
NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE _____.
Período: ____/____/____ a ____/____/_____.

SUBSEÇÃO/VARA	QUANTIDADE DE PROCESSOS	QUANTIDADE DE PERÍCIAS	VALOR TOTAL DE PERÍCIAS POR SUBSEÇÃO/VARA
TOTAL NA SEÇÃO JUDICIÁRIA			

FONTE:

ANEXO V

Poder Judiciário
Justiça Federal

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA _____ª REGIÃO
Coordenadoria Regional dos Juizados Especiais Federais - COJEF
HONORÁRIOS PERICIAIS PAGOS
Período: 1º de janeiro a 31 de dezembro de _____.

Seção judiciária	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
TOTAL NA REGIÃO					

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 113, DE 28 DE MAIO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de maio de 2006 a abril de 2007, anexo a esta Portaria.

Des. OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAÍO/2006 A ABRIL/2007
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 632/2006 - Anexo I R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAIO/2006 A ABRIL/2007		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EMRESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**44.878**	**1.292**	**46.170**
Pessoal Ativo	**34.752**	**1.146**	**35.898**
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	34.752	1.146	35.898
Pessoal Inativo e Pensionistas	**10.126**	**146**	**10.272**
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**6.101**	**1.055**	**7.156**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	932	932
Despesas de Exercícios Anteriores	6.101	123	6.224
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados			
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I-II)	**38.777**	**237**	**39.014**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)[1]			357.359.177
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) * 100			0,010917
'LIMITE MÁXIMO (Incisos I,II E III do art. 20 da LRF) - <%> 0,023607			84.362
'LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> 0,022427			80.145

FONTES: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
[1]Valores referentes à Portaria STN nº 298, de 16/05/2007.
Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
2) No total da Despesa Bruta com Pessoal estão computados R$ 4.079 mil concernentes à modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias). Desse valor, R$ 3.976 mil referem-se à ação orçamentária 02.122.0570.09HB (Contribuição Previdenciária da União).

JOSÉ HEVALDO RABELLO MENDES
Gestor Financeiro

RAQUEL SOARES BUGARIN ARAÚJO
Coordenadora de Controle Interno

GUILHERME DE SOUSA JULIANO
Diretor-Geral

OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 274, DE 25 DE MAIO DE 2007

O Presidente Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, inciso XXXVII, do Regimento Interno do Tribunal, resolve:

Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal Regional Eleitoral, em conformidade à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), artigos 54, 55, inciso I, alínea "a", que demonstra a Gestão Fiscal em relação à receita corrente líquida, no período de referência - maio/2006 a abril/2007.

Des. VITOR BARBOZA LENZA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAÍO/2006 A ABRIL/2007
RGF ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") e Portaria STN 632/2006- Anexo I R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	65.923	364	66.287
Pessoal Ativo	56.317	363	56.680
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)			0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de outros da Administração Direta)			0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	56.317	363	56.680
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.606	1	9.607
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0